

43º Encontro Anual da ANPOCS

MR12 – André Singer (coord.).

Crise do capitalismo, democracia e neofascismo no Brasil: um conjunto de interseção

Marcus Ianoni (DCP-UFF) – set. 2019

1. INTRODUÇÃO

O tema desta mesa-redonda é superamplo. Mobiliza três grandes conceitos e temas teóricos das ciências sociais: a crise do capitalismo, a democracia e o (neo)fascismo. Além disso, foca na realidade brasileira.

É um tema caro à economia política, entendida como campo interdisciplinar que estuda tanto a influência da política na economia, ou seja, a *política da economia*, como a influência da economia na política, isto é, a *economia da política*. A interação acadêmica dessas duas esferas, a economia e a política, tem sobrevivido nas ciências humanas e sociais por tratar de pontos que as disciplinas mais especializadas são incapazes de dar conta isoladamente. Instituições e processos políticos e econômicos interligam-se, constituem uma totalidade, cuja compreensão depende da interrelação desses elementos¹.

Para simplificar o desafio, podemos considerar que a questão em debate diz respeito à relação entre duas variáveis clássicas: por um lado, as crises do capitalismo, que ocorrem ciclicamente, por outro lado, seus vínculos com o Estado e seus impactos nele, seja pelos processos e tendências de conformação e mudança dos regimes políticos, seja pelas decisões de políticas públicas (sobretudo em resposta à crise econômica), seja pela dinâmica da competição, cooperação e conflito político entre os atores sociopolíticos e político-institucionais. A resposta resultante dependerá da perspectiva vencedora entre as opções perseguidas pelos atores-chave.

A proposta aqui é fazer uma brevíssima reflexão, geral e aplicada ao Brasil, sobre a economia política da relação entre capitalismo e democracia, mais especificamente da relação entre a crise do capitalismo neoliberal, que é monopolista-financeiro globalizado, e a crise da democracia, o que requer considerar os atores político-institucionais e sociopolíticos, suas alianças e as decisões políticas.

A exposição tem dois objetivos. O primeiro é rascunhar um conjunto de interseção entre esses três grandes conceitos e temas; seu agrupamento em duas dimensões racionaliza a análise. Por um lado, tem-se a crise do capitalismo, mais precisamente, a crise do neoliberalismo, que tem ensejado respostas inscritas, segundo algumas visões, em um *novo neoliberalismo*, caracterizado pelo aprofundamento da institucionalização das políticas de austeridade a tal ponto que se

estreita muito a margem decisória da política democrática.ⁱⁱ Em ao menos um caso importante, o dos EUA de Donald Trump, esse *novo neoliberalismo*, na forma de *neoliberalismo nacional*, lança mão do nacionalismo econômico como retórica. Por outro lado, observam-se tendências mutacionais regressivas nas democracias, algumas delas apreendidas pela ideia e hipótese de *neofascismo*, regressões nas quais, no caminho aberto pela crise dos partidos tradicionais e do neoliberalismo, emergem novas lideranças políticas conservadoras, de extrema-direita, que arregimentam e mobilizam maiorias de eleitores em torno de discursos agressivos, de ódio contra “o sistema”, “as elites” os imigrantes, a esquerda ou outros bodes expiatórios. Em alguns casos, o novo autoritarismo que corroi democracias, está associado a políticas econômicas não neoliberais, mas intervencionistas, como é o caso da Hungria de Viktor Orbán. Mesmo quando tais tendências não impliquem em consolidar a troca de um regime por outro, elas refreiam características da democracia em intensidade e qualidade analiticamente relevantes. O segundo objetivo é examinar, para o caso do Brasil atual, o referido conjunto de interseção, que tem implicado, simultaneamente, em uma resposta ultraliberal à crise da economia e em um processo de desdemocratização, alimentado pela conjunção entre duas tendências não necessariamente excludentes: a tendência ultraliberal de restringir a democracia e a tendência neofascista de extingui-la.

O argumento é que os distintos impactos nacionais das grandes mudanças na economia internacional decorrentes das crises do capitalismo tendem a implicar em redefinições das alianças entre os atores-chave, visando influenciar a política econômica de resposta ao contexto crítico. Essa redefinição das coalizões impacta no regime político, embora nem sempre conduza à sua troca por outro. As combinações entre alianças e política econômica são tecidas na disputa política, mediadas pelo sistema político e variam nacionalmente ou até mesmo regionalmente.ⁱⁱⁱ

A redefinição das alianças e da política econômica de resposta às crises cíclicas ou estruturais do capitalismo impacta no regime político ao reforçar ou atenuar suas características, ou provocando transições de regime em direção à democracia ou ao autoritarismo (ditadura, fascismo). Ao abordar o Estado como expressão de um pacto de dominação e reivindicando uma perspectiva marxista, o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso evoca a importância da “definição de um espaço teórico específico

para uma teoria dos regimes”, que construa, sem determinismos, os nexos explicativos entre a dominação de classes e as instituições políticas.^{iv} Um capítulo importante dessa teoria dos regimes, não propriamente da existência deles, mas de suas mudanças, relaciona-se com as crises do capitalismo ou do sistema internacional. A primeira onda reversa, por exemplo, ocorreu no contexto da Grande Depressão, dando ensejo a vários regimes fascistas, assim como a segunda onda democrática abriu-se a partir da derrota militar do Eixo Roma-Berlim-Tóquio.^v

O reequacionamento das coalizões reconstrói os vínculos, as oposições e o equilíbrio de forças entre lideranças político-institucionais e sociopolíticas (ou seja, partidos e organizações da sociedade civil), ao passo que a redefinição de decisões de política econômica muda as preferências e os projetos dos atores. Essa abordagem se apóia em várias fontes, desde o marxismo clássico ao neomarxismo até autores relacionados à perspectiva das coalizões entre classes (*cross-class coalitions*), como Alexander Gershenkron, Barrington Moore Jr. e Peter Gourevitch, O roteiro será o seguinte: a) relação entre capitalismo e democracia; b) respostas às crises do capitalismo; c) Brasil.

2. CAPITALISMO E DEMOCRACIA

A avaliação dos encontros e desencontros entre capitalismo e democracia é um tema clássico da teoria política e da política comparada. Está presente, entre outros, no iluminismo, no liberalismo e na teoria da modernização. Gabriel Almond, por exemplo, afirma que há os que avaliam que o capitalismo sustenta a democracia e os que pensam que o capitalismo a subverte. Uns dizem que a democracia alavanca o capitalismo, outros, que ela o limita. Montesquieu, Condorcet, Adam Smith e Benjamin Constant, entre outros, consideravam o comércio gentil e civilizador e tinham o livre mercado como um ideal normativo.^{vi} Para os liberais, a ênfase recai na liberdade, e não na igualdade. A própria teoria democrática dominante, alavancada em Schumpeter, que concebe a democracia como método de escolha competitiva das lideranças políticas, não problematiza a desigualdade social e, enraizada no elitismo, postula a necessidade da desigualdade política para a estabilidade social.^{vii}

Na contracorrente do liberalismo, Marx considerava a propriedade privada como um obstáculo estrutural à realização do ideal da democracia. Por outro lado, concebendo a democracia como um conceito referente ao conjunto do corpo social, e não apenas à forma política, sua realização plena dependeria do governo da maioria, não a maioria parlamentar, mas a da sociedade. Enquanto no capitalismo a dominação de classe, estruturada das relações sociais até o Estado, produz e reproduz a distribuição desigual dos direitos de propriedade, os direitos civis e políticos que suportam a democracia são juridicamente iguais. Enquanto o princípio majoritário regula a tomada de decisão na forma política democrática, os proprietários e gestores das corporações empresariais decidem hierarquicamente.

Para os críticos do liberalismo, sobretudo do liberal-conservadorismo, o problema das desigualdades política e social é chave na abordagem das tensões entre capitalismo e democracia. Dados os impactos negativos do neoliberalismo em si e, mais ainda, de sua crise sobre a igualdade, a preocupação aqui é com os desencontros, não com os encontros, entre capitalismo e democracia, que têm, atualmente, gerado tendências neofascistas de defesa dos interesses nacionais no mundo globalizado.

A história produz processos de democratização, mas também de desdemocratização, conforme, por exemplo, Charles Tilly investigou.^{viii} Samuel Huntington, em seu livro sobre a *Terceira Onda*, evidenciou ondas democráticas e ondas reversas.^{ix} Em publicação recente, Scott Mainwaring e Fernando Bizarro (2019) avaliam que a terceira onda foi um fracasso. De 91 transições democráticas ocorridas em 79 países entre 1974 e 2012, segundo um critério minimalista do conceito de democracia, houve 34 colapsos democráticos, 28 estagnações e 2 retrocessos. Uma de suas conclusões importantes é a seguinte: “As democracias que possuíam a vantagem de um PIB per capita maior no ano de seu surgimento e aquelas que tiveram maior crescimento econômico estavam mais propensas a obter maiores avanços democráticos. Regimes com maior crescimento econômico também estavam menos suscetíveis ao colapso”.^x Essa conclusão parece confirmar um argumento da teoria da modernização: o desenvolvimento econômico e social é uma base fundamental da democracia.

Fica em aberto como a teoria da modernização explicaria o neofascismo atribuído a Donald Trump. Há uma perda da confiança na democracia até nos EUA,

sendo que uma de suas causas pode estar na percepção dos cidadãos da captura das eleições e de importantes decisões governamentais pelo poder econômico, o que não é nada virtuoso e exemplar em matéria de cultura cívica. Além disso, o crescimento contínuo da desigualdade de renda e a elevação desproporcional da renda do 1% mais rico, gerada pelo capital, que tem logrado taxas de retorno bem superiores às do crescimento econômico, indicam que as insatisfações com a democracia têm também sólidas causas materiais.^{xi} Não à toa, emerge uma esquerda socialista-democrática no Partido Democrata. Uma hipótese que valeria a pena explorar com mais rigor metodológico é se não está em curso uma onda de reversão da democracia, relacionada, em termos causais, aos impactos subsequentes à crise de 2008 nos sistemas políticos, decorrentes das políticas punitivas do *novo liberalismo*.^{xii}

As contradições entre capitalismo e democracia têm articulado, em vários cantos do mundo, inclusive nos países desenvolvidos, nos EUA e na Europa, uma tendência desigual e combinada de regressão nos regimes democráticos, a desdemocratização. Essa tendência regressiva das funções institucionais da democracia provoca, por um lado, restrições nos direitos democráticos e sociais, induzidas por políticas de consolidação fiscal demandadas pelo grande capital financeirizado, cujos conteúdos, combinados com a gestão financeirizada das empresas, promovem uma dupla exclusão, pelo mercado e pelo poder público, resultando em aumento das desigualdades.^{xiii} No Brasil recente, essa dupla exclusão emana, sobretudo, das decisões ultraliberais e pró-cíclicas de política fiscal, da desregulamentação do mercado de trabalho e da desconstrução das políticas de bem-estar social. Por outro lado, a desdemocratização também se caracteriza, em vários casos, pela geração de pressões neofascistas de extinção, se não da própria democracia, ao menos de alguns direitos e valores democráticos fundamentais, pressões provenientes de certos atores sociais e políticos, como a classe média baixa e os cristãos evangélicos brancos, no caso dos EUA, e a classe média com maior renda, no caso do Brasil, onde tais tendências têm restringido ainda mais a efetividade dos direitos civis. De fato, um aspecto importante desse debate sobre o pêndulo entre democracia e autoritarismo é o comportamento da classe média, especialmente diante do fenômeno do *encolhimento da classe média*.^{xiv}

O aumento da desigualdade resultante da forma de acumulação financeirizada global do capitalismo ultraliberal e das pressões pelo Estado mínimo tem constrangido simultaneamente a democracia e o próprio crescimento econômico, que se torna fraco, tal qual o investimento e a demanda. O avanço tecnológico e a concorrência selvagem precarizam o trabalho e geram desemprego, sobretudo entre os jovens, muito prejudicados desde a crise de 2008.^{xv} Por outro lado, os ricos não querem financiar os serviços públicos dos quais não necessitam, assim como as corporações demandam redução de impostos em nome de promessas de investimento não cumpridas. A solidariedade social erode, emergem incertezas, ressentimentos, protestos, novos atores. Em alguns países do Norte e do Sul, tais contradições têm alavancado uma nova onda de processos sociais autoritários, inclusive de perfil neofascista, como é o caso do Brasil nos anos recentes.

A definição do fascismo, a delimitação de suas características e de suas causas é polêmica, por haver uma multiplicidade de enfoques. Priorizo uma abordagem generalizante do fascismo, seja como tendência e movimento, seja como regime. Os interesses do grande capital, ainda que sem prejuízo da autonomia da política e do emaranhado de fatos, acabam por ser um sustentáculo estrutural do fascismo, como movimento, regime ou ambos. A liderança autoritária joga um papel importante de unificação das frações de classe dos capitalistas, como ocorreu na Alemanha.

As tendências neofascistas atuais, tal como no passado, são internacionais, com particularidades nacionais.^{xvi} O neofascismo atual é uma tendência no processo internacional de desdemocratização de vários Estados, que se vincula à crise do capitalismo neoliberal aberta em 2008. Por um lado, a resposta hegemônica de enfrentamento dessa crise tem sido a radicalização da institucionalização e mesmo da constitucionalização das políticas de austeridade, assim como em alguns casos, como no estratégico EUA, a emergência da xenofobia, o aumento do rascismo e da rejeição à imigração, o maior acento do nacionalismo e da segurança na política externa. Por outro lado, o desempenho da economia tem sido insatisfatório, com exceção de alguns países da Ásia, China à frente, que executam um modelo mais desenvolvimentista de capitalismo.

Não há propriamente uma reconfiguração acabada de regimes neofascistas nos EUA, na Europa e no Brasil. A Turquia parece ser o país que mais se aproximou dessa

fronteira. A Hungria é um caso afim, cujo regime Agner Heller qualifica como *tiranía*.^{xvii} No espaço político brasileiro, o neofascismo pode ser visto como movimento e também, no caso das instituições jurídicas e policiais, como tendência institucional, elementos que se vinculam à coalização e às lutas dos atores em torno do apoio e da oposição aos projetos neoliberal e democrático-popular para a economia e para o Estado no contexto de crise e conflito distributivo. Importa também diferenciar a base popular de apoio ao neofascismo de quem dele efetivamente extrai benefícios, embora também arque com custos, que são os grandes capitais internacionalizados e nacionais de dentro e de fora do país. Entre tantas características do neofascismo em geral, que nem sempre aparecem em todos os casos, destacaria o autoritarismo, a acentuação do nacionalismo, o chauvinismo, a xenofobia, o rascismo e o anticomunismo.

3. CRISES DO CAPITALISMO

O tema da crise do capitalismo reemergiu, compreensivelmente, a partir da crise financeira global de 2007-2008, que gerou uma grande recessão nos países desenvolvidos.^{xviii} Tomarei as crises do capitalismo como fatos, e não discutirei suas causas. Em relação ao período aberto desde a crise de 2008, fala-se ainda hoje em *estagnação secular*, ou seja, “recuperações doentes que morrem em sua infância e depressões que se autoalimentam”.^{xix} O *Financial Times* acaba de lançar uma campanha pela reinvenção e reforma do capitalismo, para que esse sistema econômico obtenha lucro com um propósito que também sirva aos consumidores e empregados, e não apenas aos investidores.^{xx} Immanuel Wallerstein identifica uma crise estrutural do sistema-mundo capitalista desde 1968.^{xxi} Em livro recente, o sociólogo Wolfgang Streeck pergunta como o capitalismo acabará.^{xxii}

Em todas as crises, processos estruturais e de agência combinam-se. Nelas, os Estados tendem a mudar sua agenda de políticas públicas e, nesse processo, há também uma clara propensão à mudança nas alianças entre os atores políticos e sociais, por vezes configuradas nos momentos de troca formal de governo, em outros casos, por golpes de Estado. Frequentemente, as mudanças na agenda política e nas alianças observadas nas crises também ajudam a entender as alterações nos regimes

políticos, implicando em maior ou menor grau de autoritarismo ou democracia. Este é o ponto de interseção geral do tema da mesa-redonda.

Houve quatro grandes crises internacionais do capitalismo: a Longa Depressão, no último quartil do século XIX, a Grande Depressão, aberta em 1929, a crise de estagflação dos anos 1970 e a Crise Financeira Global de 2008.^{xxiii}

Na Longa Depressão, no final do século XIX, a Alemanha de Bismarck, por exemplo, trocou o livre-comércio, até então defendido pelos Junkers, pelo protecionismo, a partir da aliança entre o ferro e o centeio (a indústria pesada e a agricultura), institucionalizada pela coalizão entre o Partido Liberal Nacional e o Partido Conservador Alemão, que reforçou o nacionalismo, o militarismo imperialista e o antissocialismo. Essa coalizão durou até 1918, quando, no contexto da derrota da Alemanha na I Guerra, abriu-se uma crise de múltiplas dimensões, inclusive de conteúdo socialista-revolucionário, que se desdobrou na queda do regime imperial e na implantação da República. A crise foi atenuada, durante alguns anos, a partir do pacto entre a ala moderada da social-democracia e o general-chefe das Forças Armadas. Esse pacto desdobrou-se na *Weimar Coalition* (1918-1929), entre a centro-esquerda e a centro-direita, ou seja, a social-democracia, o Partido Democrático Alemão e o Partido Católico do Centro. Em termos sociopolíticos, essa coalizão vinculava os trabalhadores aos industriais do setor de alta-tecnologia, visando o fortalecimento da posição da Alemanha na competição econômica internacional, por meio das exportações e da qualificação da mão-de-obra. Os parceiros na coalizão do ferro e do centeio ficaram em segundo plano na *Weimar Coalition*, que não tinha conteúdo protecionista, nem nacionalista e nem era claramente hostil à esquerda, mas foi constrangida pelo contexto de crise financeira e hiperinflação nos anos 1920.

Como resposta à Grande Depressão, houve experiências democráticas e fascistas de ruptura com a ortodoxia econômica. Nos EUA, constituiu-se a *New Deal Coalition*, um realinhamento eleitoral reunindo o Partido Democrata e blocos de eleitores das classes trabalhadoras, entre outros, que praticamente desalojou o Partido Republicano do governo por mais de três décadas. Entre 1933 e 1968, essa coalizão só perdeu para os Republicanos as eleições de 1952 e 1956. Nos anos 1930, coalizões de corte keynesiano também ocorreram na França e na Suécia. Na França, a Frente Popular reuniu os partidos socialista e comunista e o Partido Radical. Na Suécia, o *Cow Trade*

aproximou a social-democracia e os fazendeiros. No pós-guerra, esse tipo de coalizão estruturou-se em vários países da Europa, constituindo o *compromisso histórico*, que combinava políticas de estabilização e regulação do mercado, seguridade social e democracia.

Na Alemanha fascista de Hitler, uma intensa política de estímulo da demanda reverteu a queda do desemprego em nível maior que nos EUA e na Suécia. A guinada à direita no sistema partidário alavancou a mudança institucional. Com a crise de 1929, a voz da indústria pesada nas associações empresariais fortaleceu-se, ao mesmo tempo em que a indústria de exportação, perdendo mercado externo, mudou suas preferências. Em pouco tempo, os industriais alemães unificaram-se e alinharam-se aos agricultores. As frações de classe da burguesia formaram uma frente única contra as organizações dos trabalhadores e apoiaram a política de estímulo à demanda, à qual, até então, o SPD era ferrenhamente contrário, por até então não enxergar alternativa, em se tratando de economia capitalista, aos preceitos da economia neoclássica. O nacionalismo alemão, ferido pela derrota na Primeira Guerra e pelo Tratado de Versalhes, ganhou novo fôlego, movido por um keynesianismo de forte conteúdo militar. Pelo apoio direto das massas, sem a mediação de suas organizações de classe, Hitler obteve a força para coesionar a indústria e a agricultura, ponto muito relevante a ser destacado, ou seja, a unificação das frações de classe capitalistas, em contexto de crise internacional e nacional e de presença de organizações de esquerda enraizadas na base, como eram o partido social-democrata, o partido comunista e os sindicatos. Nas eleições de 1932, não teve mais que 34% dos votos, mas barganhou o apoio dos capitalistas em geral em troca de uma política de rigoroso controle dos salários e de repressão às organizações dos trabalhadores, embora não tenha mudado significativamente a seguridade social e tenha reduzido bastante o desemprego.

Na crise de estagflação dos anos 1970, as condições de manutenção do *compromisso histórico* do pós-guerra nos países desenvolvidos se deterioraram, dificultando equacionar crescimento, pleno emprego e estabilidade de preços. Abriu-se uma onda conservadora internacional em matéria de política econômica. Devido a mudanças estruturais (internacionalização das manufaturas, aumento da competição internacional, intenso crescimento das finanças etc), diferentes grupos empresariais, visando restaurar as taxas de lucro e os ganhos dos grandes acionistas e executivos,

convergiram contra o trabalho (os salários e os sindicatos) e contra o Estado (impostos, políticas sociais e regulação dos mercados). Nos EUA, a vitória eleitoral do PR abriu as portas para a ênfase na política econômica neoclássica, para a ideologia neoliberal da *nova direita*, para a desregulamentação dos mercados e para a financeirização da gestão das corporações.^{xxiv}

Na França de 1981, o PSF venceu sua primeira eleição no pós-guerra, com Mitterrand, assim como conquistou maioria absoluta na Assembleia Nacional. Após quase dois anos de implementação de uma política econômica de esquerda (nacionalizações, elevação do salário mínimo, diminuição da jornada de trabalho, aumento do período de férias, aumento do imposto sobre a riqueza etc), em 1983, Mitterrand, em contexto de recessão na economia, dá uma guinada no sentido da austeridade monetária e fiscal, que reconfigura à direita sua base de apoio, ao levar em conta as demandas estruturais, direcionadas ao Estado, oriundas de poderosos interesses empresariais nacionais e internacionais. Embora as políticas neoliberais de Reagan e Mitterrand não tenham alterado o regime democrático desses países desenvolvidos, as coalizões que as sustentaram e seu conteúdo foram conservadores, desfavoráveis aos direitos trabalhistas e de bem-estar social e à redistribuição de renda, exceto aquela que beneficia os capitalistas bilionários.

O período atual de crise do modelo de capitalismo neoliberal, aberto pela crise internacional de 2008, recoloca a complexa questão das relações entre quatro variáveis-chave: as intempéries do capitalismo, o processo das coalizões e lutas de classes, as políticas públicas e os regimes políticos.

Uma característica importante da crise internacional do capitalismo neoliberal é a emergência de certo nacionalismo, sobretudo econômico, mas não só, em resposta às dificuldades adaptativas à globalização e à integração regional na Europa.^{xxv} No caso de Trump, esse nacionalismo associa lideranças políticas a blocos de eleitores conservadores, sobretudo arregimentados na baixa classe média e nos pequenos empresários, em torno de um movimento autoritário, alimentado por um discurso antiglobalização e por racismo, xenofobia, agenda comportamental conservadora e antiambientalismo.^{xxvi} No governo, o movimento tem se desdobrado em impactantes decisões protecionistas contra a China, anti-imigração e em uma política externa centrada na segurança, todas elas mal acomodadas em uma espécie de *neoliberalismo*

nacional, neoliberalismo que embute um nacionalismo moderado na economia e acentuado em relação à supremacia racial branca e à xenofobia, a serviço de mais apropriação do excedente social e de mais desregulamentação dos mercados.^{xxvii} Alguns desses elementos ideológicos alavancaram o nacionalismo-conservador do Brexit. Esse *neoliberalismo nacional* é uma das vertentes do *novo neoliberalismo* da consolidação fiscal e uma das expressões da crise econômica e política do neoliberalismo e da democracia pós-2008.

4. Brasil

A história do Brasil e a história internacional estão entrelaçam-se desde o descobrimento do país, um capítulo relacionado ao mercantilismo, à Revolução Comercial, à Era dos Descobrimentos e ao velho colonialismo ocidental. Todas as crises do capitalismo industrial impactaram no Brasil. Como até 1888 éramos uma economia mercantil-escravocrata, a Longa Depressão do século XIX não será mencionada.

Mas, no século XX, o impacto nacional da Grande Depressão atuou como fator de precipitação das tendências de mudança que desembocaram na Revolução de 1930, liderada pelas oligarquias dissidentes e pelas novas forças sociais urbanas, os trabalhadores e as camadas médias. Foi um momento-chave da construção do Estado nacional e da mudança da orientação da política econômica, no sentido do nacionalismo e da industrialização. A clivagem estrutural principal que se abriu foi entre, por um lado, os grupos agroexportadores e, por outro lado, os grupos urbano-industriais (trabalhadores e empresários). A coalizão entre os grupos urbanos-industriais alavancou o nacional-desenvolvimentismo, que teve dois grandes momentos em relação ao conteúdo de suas políticas públicas, alianças e regimes: o período entre 1930 e 1964 e o período de ditadura militar. No primeiro grande período, houve o regime do *Estado Novo* e o da *democracia populista*, nos quais, em linhas gerais, as políticas econômicas foram mais nacionalistas e redistributivistas, sobretudo no populismo; nos governos militares, com a exclusão dos trabalhadores da coalizão nacional-desenvolvimentista, o desenvolvimentismo apoiou-se mais na concentração de renda.

A crise de estagflação dos anos 1970 e as crises internacionais do petróleo, assim como a orientação dos EUA no sentido de introduzir as primeiras políticas ortodoxas para fazer frente às mudanças na economia mundial, impactaram no Brasil, sobretudo em função da elevação dos juros da dívida externa. Nesse contexto, abre-se simultaneamente a crise do Estado nacional-desenvolvimentista enquanto padrão de relação entre poder público e mercado, assim como se desenrola a crise do regime autoritário, no contexto da Terceira Onda democrática internacional, aberta em 1974, com a Revolução dos Cravos, onda que também alcançou a América Latina. De Geisel a Figueiredo, os empresários industriais passam a romper com os governos militares e a defender a volta da democracia. Lideranças importantes das organizações representativas do empresariado aproximam-se, por exemplo, do principal partido oposicionista, o então PMDB.

A crise internacional de 2008 e seus desdobramentos impactaram no Brasil, primeiro como marolinha, depois como maremoto. Após uma recessão em 2009, no fim do segundo mandato de Lula, o PIB de 2010 cresceu 7,5%. Porém, de 2011 em diante, já no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, com a crise das dívidas soberanas na Europa, os desafios da estratégia e da política econômica tornaram-se uma peça-chave da dinâmica conjuntural. Na medida que a concorrência internacional recrudescia e que as decisões internas não favoreciam a transformação produtiva da indústria de manufaturas, a coalizão entre industriais e trabalhadores, mediada pelo governo federal encabeçado pelo PT, via-se enfraquecida.

Por outro lado, o boom de commodities, que havia sido uma das alavancas da inclusão social promovida desde o primeiro mandato do presidente Lula, ia perdendo fôlego, desaparecendo em 2014. A outra alavanca estava nas políticas de elevação do salário mínimo, de expansão do crédito e de transferência de renda mediante condicionalidades. Para manter a atividade e o emprego, o governo implementou políticas de subsídio e incentivos fiscais, mas elas não alavancaram os investimentos produtivos do setor privado, ao mesmo tempo em que, por implicarem em renúncia fiscal, implicaram em um inédito déficit primário em 2014, ano eleitoral. Esse resultado negativo, embora não significasse um problema estrutural para as finanças públicas, significou um alarme de incêndio para o setor financeiro e demais agentes do mercado comprometidos com a ideologia econômica neoliberal. Eles passarão a

demandar o pacote de austeridade que, sobretudo quando executado em momento de retração do ciclo econômico, tende a aprofundar a crise, como vem acontecendo de 2015 até hoje. Durante todo o período e, sobretudo, desde 2012, com a Nova Matriz Econômica executada pelo governo, a coalizão neoliberal, nucleada nas finanças e no PSDB, estabelecia uma guerra fria contra os governos do PT, especialmente contra Dilma.

Somam-se a isso, as manifestações de rua de 2013, a Operação Lava Jato de combate à corrupção e a emergência de uma oposição movida a ódio, na campanha eleitoral de 2014, vencida pela candidata à reeleição, Dilma Rousseff, mas por pequena margem de diferença contra o rival Aécio Neves, do PSDB. Quatro vitórias consecutivas do PT nas eleições presidenciais estava tornando o custo da democracia intolerável para certos atores sociais e políticos, entre eles a grande mídia corporativa, sobretudo em um contexto em que o principal partido governista encontrava-se sob intensa pressão devido ao envolvimento de suas lideranças em atos de corrupção.

Remonta aos idos de 2013-2014, a origem gradual e segura do maremoto, um processo político cujo desenrolar conjugará o casamento entre duas grandes forças motrizes da cena política, protagonizadas pelos atores, em determinadas condições estruturais. Por um lado, a força motriz da desdemocratização, reunindo tanto atores de inclinação liberal como neofascista, interessados na eliminação do PT da competição política e em sua criminalização, críticos da corrupção, mas a do PT acima de tudo, e defensores de um combate autoritário a ela, questionadores dos direitos sociais, demandantes de uma política de segurança pública mais agressiva contra os criminosos e, também, grupos evangélicos pregadores de uma agenda comportamental conservadora. O espaço para o movimento neofascista avançar no Brasil adveio, em boa medida, da crise dos partidos e do sistema representativo, que o combate à corrupção com um enfoque criminalizante da política – conduzido pela Operação Lava Jato e apoiado, inclusive, por algumas forças partidárias – ajudou a aprofundar. Por outro lado, estava a força motriz neoliberal, o bloco dos atores interessados na retomada de um projeto puro sangue, por assim dizer, de Estado mínimo, um projeto que, desde 2003, teve que compartilhar poder com os governos do PT, o que implicou em algumas concessões de matiz desenvolvimentista e social-democrática nas decisões de políticas públicas. Afora as manifestações de rua da

esquerda, várias das manifestações de 2013 em diante trouxeram uma novidade no Brasil pós-1988: uma classe média em mobilização em torno de uma agenda conservadora, que se alinhou à oposição à presidente Dilma e que, em 2018, alavancou a candidatura de extrema-direita de Jair Bolsonaro, hoje presidente da República.

Enfim, de 2014 para cá, entre as características associadas ao processo social de produção lenta e gradual, mas talvez não tão segura (não se sabe!), do neofascismo no Brasil, não como regime político, mas como movimento, ideologia e força degenerativa do mórbido Estado Democrático de Direito, destacaria as seguintes: a crise do neoliberalismo, a mobilização, o anticomunismo (“nossa bandeira não é vermelha”), o autoritarismo, a carismatização e culto do líder (“mito”), o irracionalismo (Fake News, pós-verdade), além de uma versão dependentista do nacionalismo retórico também presente em Trump, discurso que, no Brasil da extrema-direita, serve ao alinhamento geopolítico do país aos EUA.

Desde as eleições de 2018, essas características ganharam tinturas mais claras. A unidade da burguesia pela deposição de Dilma, configurada no início de 2016, no contexto de ingovernabilidade e recessão, foi retomada no processo que levou Bolsonaro à presidência da República.

Florestan Fernandes e Bresser-Pereira caracterizam, cada qual a seu modo, a burguesia brasileira como nacional-dependente, termo paradoxal, conforme esses autores sabem.^{xxviii} Afinal, a burguesia é nacional ou dependente? Ela é as duas coisas ao mesmo tempo, uma vez que ocorreu a revolução burguesa. Mas seu espírito nacionalista é enfraquecido pela ação corrosiva da dependência externa encarnada nas relações de produção, na tecnologia, nos investimentos e no financiamento das atividades. Pode-se pensar a retórica nacionalista de Bolsonaro como uma versão neofascista do atual momento experimentado pelo nacional-dependentismo estrutural das classes dominantes no Brasil, momento no qual, explicitada, por um lado, a fraqueza efetiva do nacionalismo tropical para fazer frente à crise nacional e internacional do capitalismo globalizado, como também explicitada, por outro lado, a incapacidade dos partidos tradicionais derrotarem eleitoralmente seu maior rival, o

popular PT, a submissão antipopular ao capital estrangeiro precisa ser compensada ideologicamente por um nacionalismo de fachada, filho do golpe contra a democracia.

Tenta-se iludir a opinião pública de que a deposição presidencial, a prisão de Lula e a eleição fraudulenta de Bolsonaro em 2018, alavancada pela neofascista Lava Jato, não ocorreram para combater a qualquer custo o partido que tinha grande chance de vencer a quinta eleição presidencial consecutiva, através da candidatura de sua maior liderança.

A farsa nacional-democrática conservadora do atual governo brasileiro, do slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, que não raramente nem sequer faz questão de negar seu espírito-corpo ditatorial e que conta a participação dos militares em inúmeros ministérios, é, na verdade, o verniz ideológico do neoliberalismo-dependente-neofascista, que degenera o Estado de Direito com a mobilização de eleitores da classe média mais abastada e com a complacência do STF.

O movimento neofascista é o processo leviatânico produzido pela heterogênea coalizão sociopolítica e político-institucional do capitalismo neoliberal no Brasil, na qual as diversas frações da burguesia se alinharam na conjuntura de múltiplas determinações, caracterizada pela crise de estagnação da economia; pela luta de classes de cima para baixo das classes proprietárias contra as reformas sociais (em uma sociedade extremamente desigual) e contra as lideranças da esquerda com elas comprometidas; pela presença de um partido de trabalhadores com vocação e experiência governista e com respaldo no eleitorado; e pela crise dos partidos tradicionais da democracia brasileira, especialmente o PSDB e o PMDB, além do próprio PT. Esse processo político leviatânico não se apoderou plenamente do Estado, mas seu impacto mudou o regime, a tal ponto em que a fronteira entre democracia e autoritarismo no Brasil está borrada. Somos uma democracia iliberal, como diriam alguns, uma semi-democracia, como diriam outros? Essa questão conceitual precisa ser enfrentada.

Como sustentar que somos uma democracia após uma deposição presidencial, no mínimo, polêmica, seguida da prisão, ainda atual, do candidato favorito ao pleito de 2018, decorrente de sua condenação criminal por um juiz que hoje é ministro da Justiça do candidato vencedor (interessado na eliminação de seu principal concorrente do pleito) e cujos procedimentos jurídicos irregulares que sustentaram sua decisão de

prender Lula, em parceria política com a acusação, estão sendo desnudados pela Vazo Jato, liderada pelo jornalismo do *The Intercept*? Como sustentar que somos uma democracia quando a cúpula militar submete o STF a uma pressão, a uma tutela inaceitável, levando em conta a separação de poderes, para que os magistrados, em nome da rejeição ao que seria de antemão considerado impunidade, não impeçam a prisão de Lula, pelo contrário, garantam-na? Essas dúvidas sobre o caráter democrático do atual regime brasileiro poderiam ser formuladas aos montes.

O regime atual abriga um movimento neofascista que faz oposição aguerrida e intimidatória, inclusive a partir das instituições do Estado, às forças democráticas e às reformas democráticas abertas na Constituinte de 1987-1988 e que foram mais claramente executadas nos governos petistas, ainda que de modo limitado. Esse movimento neofascista conta com duas preciosas ajudas da grande mídia brasileira. Uma diz respeito ao conteúdo do combate à corrupção, conduzido em desacordo com o devido processo legal e por meios politizados, que procuram acomodar dois critérios distintos, o seletivo-ideológico e o universal, para que a parcialidade não fique tão evidente para a opinião pública. A outra ajuda diz respeito à comunhão entre a tendência neofascista e a defesa militante das corporações de mídia à agenda neoliberal radicalizada, como se ela fosse uma obviedade necessária e inescapável. Por outro lado, a maior organização de mídia no país não compartilha do conservadorismo neofascista na agenda comportamental. A heterogênea e contraditória coalizão objetiva neofascista captura as decisões-chave do Estado, nos Três Poderes da república oligárquica, para delas excluir, inclusive à custa do devido processo legal, qualquer interferência efetiva das organizações políticas das classes populares, a começar pelas dos trabalhadores.

A abordagem das relações entre a atual crise do capitalismo e o regime político brasileiro pode ajudar a compreender que o Estado, por meio das instituições políticas (sistemas partidário, representativo e jurídico etc) e do conteúdo de suas decisões, está mergulhado no processo histórico crítico em curso, que entrelaça tanto as instabilidades da economia nacional e da economia internacional como contextualiza o reposicionamento dos atores na luta política. A crise da democracia no Brasil e a crise do capitalismo neoliberal são duas faces da mesma moeda. Uma tendência-síntese desse processo político, embora não a única, tem sido o *neoliberalismo-dependentista-*

neofascista, versão brasileira do *novo neoliberalismo*. Este é o ponto de interseção do tema desta mesa-redonda para o caso do Brasil.

Note-se que, resguardadas as evidentes diferenças, a começar pelo fato de que não há um regime fascista no Brasil, em todo o caso, tal como no fascismo de Hitler, o atual movimento neofascista brasileiro beneficiou-se da unificação da burguesia, durante 2014-2016, em torno de um programa neoliberal de resposta à crise econômica, contexto também caracterizado pela crise dos partidos tradicionais e pela presença de um partido de esquerda enraizado eleitoralmente, com condições de alcançar sua quinta vitória consecutiva nas eleições presidenciais.

No entanto, há também evidentes sinais de fraqueza dessa versão brasileira do *novo neoliberalismo*. Do terceiro mês de governo até hoje (setembro de 2019), Bolsonaro não consegue se livrar da condição de presidente pior avaliado em primeiro mandato. Além dos discursos não civilizados do presidente do atual presidente da República, o neoliberalismo-dependentista-neofascista não logrou entregar nada de efetivamente positivo à maioria dos eleitores, os trabalhadores e desempregados, e suas políticas de austeridade não têm alavancado a confiança dos investidores. Ademais, as revelações da Vaza Jato contra a Lava Jato têm incomodado os que não deixaram de reverenciar o Estado de Direito, ainda que tenham embarcado, em algum momento, na aventura bolsonarista. Há vários sinais de dissociação da aliança que ocorreu, no segundo turno das eleições de 2018, entre a centro-direita, a direita e a extrema-direita. Esse talvez seja um dos indícios de esperança de que o neofascismo possa ser contrarrestado. Na Argentina, o peronismo tende a vencer as eleições presidenciais, dado o novo fracasso das políticas orientadas para o mercado.

-
- ⁱ Ianoni, Guimarães e Quintas, 2019 (no prelo).
- ⁱⁱ Ver Pierre Dardot e Cristian Laval. Anatomia do novo neoliberalismo (2019). Disponível em tinyurl.com/yy5o5nrg.
- ⁱⁱⁱ Consultar Peter Gourevitch (1986), Politics in hard times.
- ^{iv} Fernando Henrique Cardoso, “Estado capitalista e marxismo”. Estudos Cebrap nº 21, 1977.
- ^v Samuel Huntington (1991). The third wave: democratization in the late twentieth century. University of Oklahoma Press.
- ^{vi} Gabriel Almond, Capitalism and democracy, Political Science and Politics, Vol. 24, nº 3, 1991.
- ^{vii} Luis Felipe Miguel (org.). Desigualdades e democracia. Ed. Unesp, 2015.
- ^{viii} Charles Tilly, “Inequality, democratization, de-democratization, Sociological Theory, vol. 21, 2003.
- ^{ix} Samuel Huntington, op. cit.
- ^x Consultar tinyurl.com/y3m5tchd.
- ^{xi} Thomas Piketty, O capital no século XXI, Editora Intrínseca, 2016. Ver também tinyurl.com/yyzajpws.
- ^{xii} William Davis, The New Neoliberalism, New Left Review nº 101, 2016. Ver tb. Ian Bruff, The rise of authoritarian neoliberalism. Rethinking Marxism: A Journal of Economics, Culture & Society, oct., 2013.
- ^{xiii} Ver, e.g. Wolfgang Streeck, Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism, Verso, London ([2013], 2014).
- ^{xiv} Ver tinyurl.com/y5r3teg7, tinyurl.com/y2g4ay9r e tinyurl.com/yxf73y74. Consultar Wendy Brown “In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West.
- ^{xv} Ver tinyurl.com/yydqb4sz.
- ^{xvi} Ver o verbete “Fascismo” em Bobbio, N. e Pasquino, G. Dicionário de Política. Brasília: Ed. UnB, 1994.
- ^{xvii} Ver tinyurl.com/y3m5jbfu
- ^{xviii} Ver Wolfgang Streeck, op. cit.
- ^{xix} Ver tinyurl.com/y4wr7loz e tinyurl.com/y29c59ez.
- ^{xx} Ver tinyurl.com/y2klbwfx.
- ^{xxi} Ver tinyurl.com/y3wjeroe.
- ^{xxii} Wolfgang Streeck. How Will capitalism end? Essays on a failing system. Verso Books, 2016.
- ^{xxiii} As informações sobre as três primeiras grandes crises estão, sobretudo, em Gourevitch (op. cit.).
- ^{xxiv} Ver “The crisis of neoliberalism”, Gérard Duménil e Dominique Lévy, em tinyurl.com/yxhp3ctf
- ^{xxv} Ver tinyurl.com/y3r7ghvw.
- ^{xxvi} Ver tinyurl.com/yxhqxncn.
- ^{xxvii} Ver Peter Evans, Behind Trump’s Rhetoric of Economic Nationalism, Global Dialogue, 2017m vol. 7, Issue 4 (tinyurl.com/yxkjs72p), tinyurl.com/y79q6o74, tinyurl.com/y5ouvltd e tinyurl.com/yyxw96z3.
- ^{xxviii} Ver Trans/Form/Ação, vl. 34, 2011. Entrevista com Florestan Fernandes e tinyurl.com/y6bx4tmt.